

RELATÓRIO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017 - 2020

E ORÇAMENTO DE 2017



BATALHA
MUNICÍPIO

Conteúdos

Introdução	1
Enquadramento Orçamental	4
As Grandes Opções do Plano para 2017 - 2020 e o Orçamento para 2017	5
Medidas orientadoras da execução Orçamental 2017	9
Conclusões	10
Orçamento da Receita 2017	11
Orçamento da Despesa 2017	14
Equilíbrio Orçamental	17
Grandes Opções do Plano 2017 - 2020	18

Introdução

No cumprimento dos termos legais apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal, o Orçamento para 2017 e as Grandes Opções do Plano para 2017-2020.

O Orçamento Municipal para 2017 apresenta algumas linhas fortes extremamente relevantes e que importa destacar, pelo seu significado em termos da estratégia de investimento na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento sustentável do Concelho da Batalha:

1) Impostos, taxas e tarifas mais baixas da região. A Batalha é o município com a política fiscal mais favorável e que mais verbas de impostos devolve aos seus munícipes, nomeadamente através do:

a) IMI – O Imposto Municipal sobre Imóveis está no mínimo admissível por lei: 0,3% (de um intervalo que vai de 0,3% a 0,45%), medida que se traduz em cerca de 150.000 € / ano de poupança para os Batalhenses. Valor a que acrescem os descontos previstos para os agregados com filhos, contabilizados num valor previsto de 20.000 €;

b) ARU – Dentro da ARU, as intervenções de reabilitação podem usufruir dos seguintes benefícios fiscais, desde que cumpram o definido:

- **IMI** - Isenção por um período de 5 anos
- **IMT** - Isenção na 1ª transmissão do imóvel reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.
- **IRS** - Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500.
- **Mais-Valias** - Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU.
- **Rendimentos Prediais** - Tributação à taxa reduzida de 5% após a realização das obras de reabilitação.
- **Tributação à taxa de 10%** das unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário, em sede de IRS e IRC e Mais-Valias.

- A redução da taxa do **IVA** para 6% é aplicável nas seguintes situações:

- Empreitadas de **reabilitação urbana** realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em Área de Reabilitação Urbana, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

- **Empreitadas de beneficiação**, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou partes autónomas destes afetos à habitação, com exceção dos trabalhos de limpeza, de manutenção dos espaços verdes e das empreitadas sobre bens imóveis que abrangem a totalidade ou uma parte dos elementos constitutivos de piscinas, saunas, campos de ténis, golfe ou minigolfe ou instalações similares.

c) **Derrama** – incentivo às empresas, ao empreendedorismo e à criação de emprego, com taxa reduzida de 0,95% para atividades com volumes de negócio inferior a 150 m€ e fixação da taxa de 1,2% sobre as restantes atividades. Medida que poupa às empresas cerca de 100.000 €.

2) Pela concretização das primeiras operações do Programa Batalha Restaura.

A Reabilitação Urbana das Habitações, para além de um objetivo de valorização urbana pode e deve ser um fator de coesão e inovação social. Após um primeiro período de candidaturas e preparação do programa, que vai contribuir para mudar o panorama da habitação no Concelho, o ano de 2017 será o momento da colocação em curso das intervenções iniciais, dando prioridade a operações de reabilitação nas ARU da Vila da Batalha e Reguengo do Fetal.

3) Pela realização de projetos estratégicos para o desenvolvimento do Concelho, otimizando os fundos disponíveis no quadro do Portugal 2020, em domínios estruturantes como a educação, o empreendedorismo, a valorização ambiental, a coesão social e modernização administrativa, que representam investimentos de cerca de 5 M€, com apoio de fundos europeus no valor de 4.199.653€, respetivamente:

- Beneficiação de Edifícios da Autarquia - Adaptação do Edifício Municipal para Acolhimento da Loja do Cidadão (IRN, AT, SS) = 297.500€;

- Construção do Centro Escolar Reguengo do Fetal = 699.708,64€;

- Remodelação da Escola Sede do Agrupamento de Escolas da Batalha = 1.821.541,26€;
- Operação Urbanística de Salvaguarda dos impactos do Ruído e Poluição sobre o Mosteiro Sta. Maria da Vitória (Zona Poente) e EN1, em cooperação Infraestruturas de Portugal e DGCP = 238.000,00€;
- Unidade de Apoio à Rede Europeia do Conhecimento (Casa da Juventude) = 265.200,00€
- Requalificação Edifício Dr. Gens - Unidade de Apoio a Rede Europeia de Investigadores para o Património = 470.895,11€;
- Racionalização das Condições Energéticas em Infraestruturas e Edifícios Públicos (Piscinas + I.P. + Edifício Paços do Concelho) = 406.810,00€.

4) Pelo apoio a projetos relevantes na proteção aos idosos, através da construção de novas Estruturas Residenciais para Idosos no Concelho, bem como o desenvolvimento de ações de dinamização de políticas de “Envelhecimento Ativo”, como o projeto da Academia Sénior e a promoção da atividade desportiva (ginástica geriátrica e hidroginástica). Graças às parcerias estabelecidas nesta área e à dinâmica das IPSS locais, o investimento municipal é incrementado significativamente nesta área.

5) Uma forte aposta nas atividades económicas e na capacidade empreendedora das empresas e instituições locais. Depois de estabilizar as condições de localização empresarial, importa ampliar e infraestruturar com qualidade as áreas de localização empresarial do Concelho, tendo o Município já submetido candidatura para a expansão da área de localização empresarial da Batalha, no valor de 1,7 M €. O Turismo e a dinamização cultural serão um referencial no apoio ao crescimento da economia local, onde projetos em rede com outros municípios como O.P.(us) - Ópera no Património (971 502 €), a Região de Leiria - Rede Cultural (999 000 €) e, de modo particular, o projeto de promoção e dinamização dos Lugares Património da Humanidade da UNESCO, que além do Mosteiro da Batalha, integra o Convento de Cristo, em Tomar, o Mosteiro de Alcobaça e a Universidade de Coimbra, com um investimento previsto de 2 M€, no período de 2016-2019.

Enquadramento Orçamental

Desde o início do presente mandato que a melhoria contínua nos serviços municipais da Batalha tem sido a pedra de toque, seja através de novos modelos de gestão e governação, seja através de uma cada vez maior cidadania participativa.

Entendemos que deve ser a autarquia a realizar parcerias público-públicas (estado central e autarquia) de forma a contratualizar com o poder central a gestão de alguns setores. Acreditamos que pela proximidade com os nossos munícipes e pela capacidade de inovação e gestão que temos demonstrado ao longo dos últimos anos, conseguiremos, além de poupança significativa por economias de escala, melhores resultados práticos na oferta e satisfação do munícipe.

Neste particular o programa “Aproximar” que estamos a desenvolver nas áreas da Educação e da Modernização Administrativa são um bom exemplo de proximidade e otimização da gestão municipal, com benefícios evidentes para o desenvolvimento local.

Ambicionamos uma prestação de serviço público de qualidade ao munícipe. Eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que economicamente vantajoso. Aumentar a qualidade, reduzindo os custos, foi o que nos propusemos a fazer no universo autárquico, com sucesso e inovação.

É certo que a Batalha, no contexto regional e até nacional, tem uma situação invejável nas várias vertentes da sustentabilidade social, económica e ambiental, mas tal não permite que deixemos de nos precaver dos efeitos nefastos e das suas consequências em cada uma dessas vertentes da sustentabilidade, em especial a social.

Neste particular, a Batalha há vários anos é reconhecida por medidas de responsabilidade social, desde medidas no tarifário da água para carenciados e famílias numerosas, como, mais recentemente, através de programas inovadores como o Fundo de Emergência Social, o programa de teleassistência domiciliária para Idosos ou, mais recentemente, o projeto da Academia Sénior.

Mas também na gestão dos recursos financeiros somos referenciados positivamente, promovendo o investimento necessário e programado, conseguindo cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais.

As Grandes Opções do Plano para 2017 - 2020 e o Orçamento para 2017

A Autarquia da Batalha tem tido uma boa gestão. Mas para o futuro, e porque se abriu um novo ciclo político, com um novo Executivo e com um novo realinhamento das orientações estratégicas, temos a confiança e a convicção de que seremos capazes de gerir melhor. Dito de outra forma, **estamos preparados para fazer mais, melhor e com menos.**

Para 2017, a política Orçamental, económico-financeira e fiscal do Município continuará a ser promovida visando sempre: (1) aumentar a execução do investimento previsto; (2) otimizar os custos correntes de estrutura; (3) reforçar a autonomia financeira da autarquia.

A qualidade do gasto público, bem como o acompanhamento rigoroso das despesas de investimento vão continuar a ser uma prioridade também para o quadriénio.

O novo ciclo de fundos europeus – Portugal 2020, bem como a boa saúde financeira do Município, enquadraram-nos no desenvolvimento de estratégias e políticas que, capitalizando a posição de exceção da Batalha quando comparado com outros municípios e regiões, permitirá ao Executivo descortinar novas oportunidades.

Oportunidades que não deixaremos escapar e que colocaremos ao serviço de novas linhas de desenvolvimento, com isso garantindo a coesão e a equidade social e geracional.

As Grandes Opções do Plano permitem, por isso, assegurar uma trajetória de Crescimento Sustentado, através de políticas públicas de pendor personalista e humanista de reforço da coesão social do Concelho, de promoção de igualdade de oportunidades e de diminuição das assimetrias que ainda persistem no Concelho.

Assim a atividade da edilidade assentará em algumas premissas inalienáveis e que permitirão valorizar cada vez mais o posicionamento do município no ranking nacional das melhores práticas e da melhor qualidade de vida, colocando o concelho ao serviço de uma cidadania integral para todos os que cá vivem, trabalham ou visitam.

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 – 2020 E O ORÇAMENTO PARA 2017

São as seguintes, as intervenções consideradas prioritárias para o horizonte das Grandes Opções do Plano:

- **I - Promover a economia e a competitividade**

A Batalha possui uma estrutura produtiva diversificada, em que coexistem áreas de especialização tradicionais (cerâmica e minerais não metálicos), com atividades económicas mais recentes, assentes em tecnologia (metalomecânica, moldes, equipamentos), mas igualmente atividades intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e saúde). A concretização de todo o seu potencial assenta, em boa medida, numa forte base de **reforço da industrialização já existente** e com fortes tradições na Região Centro, adaptando-a aos novos desafios, através da constante adoção das melhores práticas direcionadas para o **reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência**, através de uma constante inovação, suportada numa sólida base de conhecimento, de I&D e de capital humano qualificado;

- **II - Valorizar o território e os recursos naturais**

Neste domínio, a recente delimitação de uma **Área de Reabilitação Urbana** (ARU) da Vila da Batalha expressa a necessidade de dar corpo a uma solução mais integrada e alargada ao nível do espaço público e do edificado. Na base da delimitação da ARU (Aviso n.º 4157/2014, de 26 de março) estão intrinsecamente associadas ações nos domínios da reabilitação urbana, da qualificação ambiental dos espaços verdes e do património edificado.

As ações em matéria de reabilitação urbana e dotação de equipamentos e serviços coletivos não se esgotam na sede de Concelho, pelo que o Município estabeleceu um conjunto de intervenções a este nível para as sedes de freguesia, em função das necessidades mais prementes e assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, tal como preconizado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 – 2020 E O ORÇAMENTO PARA 2017

- **III - Promover a coesão social e a melhoria da qualidade de vida**

Neste capítulo, damos particular enfoque à **valorização dos recursos específicos do território** e ao reforço da sua identidade, potenciando novos projetos que correspondam aos anseios e necessidades da população e às potencialidades de cada espaço geográfico.

Merece natural destaque, **o potencial turístico e cultural do Concelho**, estando intrinsecamente ligado à presença de valores naturais em solo rural, pelo que se pretende reforçar as redes de percursos pedestres e de BTT e criar um novo roteiro turístico associado ao conceito de “aldeias inclusivas”, assim como a instalação de empreendimentos turísticos numa lógica de sustentabilidade e de aproveitamento dos recursos endógenos, onde projetos como a reabilitação das antigas escolas primárias nas aldeias ou a reabilitação das pedreiras históricas têm lugar. O Concelho da Batalha, apresenta ainda um relevante conjunto de valores patrimoniais arquitetónicos, com especial ênfase para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Património Mundial da Humanidade, que gera importantes fluxos turísticos, que interessam rentabilizar.

- **IV - Reforçar o potencial humano, institucional e a inclusão social**

No que diz respeito à coesão e inclusão social o Município tem vindo a desenvolver projetos que integram as questões da pobreza e exclusão social, da cidadania e participação cívica, da discriminação social de grupos particularmente vulneráveis, e ainda, da igualdade de género e da conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Neste âmbito é de **destacar o papel da Rede Social** em matéria de “promoção de um conceito de cidadania e o do reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades como forma de combater a desigualdade e a exclusão social”. Estes projetos englobam o estabelecimento de planos de ação e o envolvimento de parceiros ativos locais, como as IPSS, Segurança Social, entre outros e visam colmatar as necessidades identificadas de apoio à infância e terceira idade, no que diz respeito à construção de equipamentos sociais.

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 – 2020 E O ORÇAMENTO PARA 2017

Em matéria da formação e educação, **o Município da Batalha tem competências alargadas** para além do ensino pré-escolar e 1º ciclo, áreas sobre as quais tem reforçado a *ação social escolar*, os *transportes escolares* e *novas respostas extracurriculares*. No domínio dos equipamentos educativos e, tendo como referência a implementação das propostas plasmadas na Carta Educativa, encontra-se em fase de projeto o centro educativo do Reguengo do Fetal e a requalificação da Escola Básica e Secundária da Batalha, dando resposta, desta forma, aos objetivos em termos de oferta da rede escolar e modernização do parque escolar.

Em linha de conta com as orientações estratégicas para o setor da economia social, o Município reforçará os seus laços de cooperação institucional, de modo a proporcionar aos seniores oportunidades de um envelhecimento saudável e ativo.

O Município pretende ainda criar uma **nova geração de políticas que possibilitem mobilizar os agentes da educação, a economia e a comunidade, em projetos de natureza transversal no domínio das TIC**, com a preocupação pela inclusão digital, mobilizando a sua capacidade para garantir serviços à distância, seja informacionais seja de substituição da presença (Ex. Sistema Integrado de Apoio à Educação, Academia Sénior, etc.).

Outro desígnio será o de **aproximar a administração pública dos cidadãos**. Algumas que estão a ser implementadas pelo Município têm em vista a construção de um modelo mais eficaz de prestação de serviços públicos integrados na rede de Lojas do Cidadão. Tal modelo passará por concentrar na “Loja do Cidadão da Batalha” diferentes serviços da Administração Central e Local, através de Balcões Multisserviços.

MEDIDAS ORIENTADORAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017

Medidas orientadoras da execução Orçamental 2017

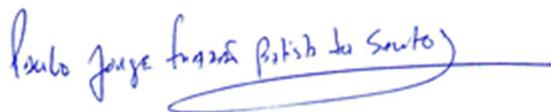
1. A DAG no âmbito dos procedimentos de atribuição de subsídios (capital ou correntes) deverá de garantir (na sua cabimentação) que essas entidades procedem ao depósito na DECD das suas prestações de contas aprovadas pelos respetivos órgãos e demais documentos já hoje obrigatórios;
2. Eliminar todos os compromissos não realizados e excedentes de requisições externas;
3. Reforçar as medidas de racionalização de água e luz, em particular nos edifícios municipais e sistemas de rega;
4. Reavaliar a frota automóvel/maquinaria municipal e a sua gestão, reduzindo-a, bem como a fatura com manutenções e combustíveis, readequando-a e racionalizando-a através de permutas e alienações, promovendo a utilização de energias limpas;
5. Reavaliar a forma de concessão das dotações com todos os protocolos e subsídios, reforçando a obrigatoriedade de justificação de propostas, definindo metas e objetivos, com exceção daqueles que tenham cariz social;
6. Reduzir o endividamento municipal;
7. Adotar as regras do SNC-AP, de forma progressiva e no quadro do projeto piloto a que o Município da Batalha aderiu;
8. Implementar plataforma de gestão na função de Educação, como forma evitar duplicações de serviços e otimizar recursos;
9. Melhorar a comunicação entre as diversas divisões de forma a incentivar a celeridade na cobrança de receita municipal, nomeadamente das taxas devidas pela publicidade, reclamos, toldos e mobiliário urbano, em espaço público.

Conclusões

- i. Delineados os objetivos e estratégia financeira do Município para o ano de 2017, importa, por último, referir que as **linhas de orientação para a elaboração e construção do Orçamento 2017 se basearam em princípios de rigor, diálogo, partilha, transparência, contenção e racionalização.**
- ii. Reiteramos que este não é um orçamento de intenções. **É um orçamento de possibilidades e de necessidades.** Das possibilidades e necessidades reais da Batalha. Princípios estes que estarão igualmente patentes no acompanhamento e execução orçamental, de forma a assegurar a concretização dos objetivos agora propostos.
- iii. Cientes dos tempos conturbados que continuaremos a cruzar em 2017, é absolutamente necessário manter a exigência de contenção a todos os eleitos, dirigentes e serviços municipais, assim como a todos os colaboradores, certos que este esforço continua a ser fundamental.

Batalha, 28 outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Orçamento da Receita 2017

No mapa 1 evidencia-se a distribuição da receita orçamentada para 2017 por classificação econômica.

Do total da receita destacam-se os Impostos Diretos (19,92%) e as Transferências Correntes (34,32%). Nota ainda para as transferências de capital com um peso de 32%.

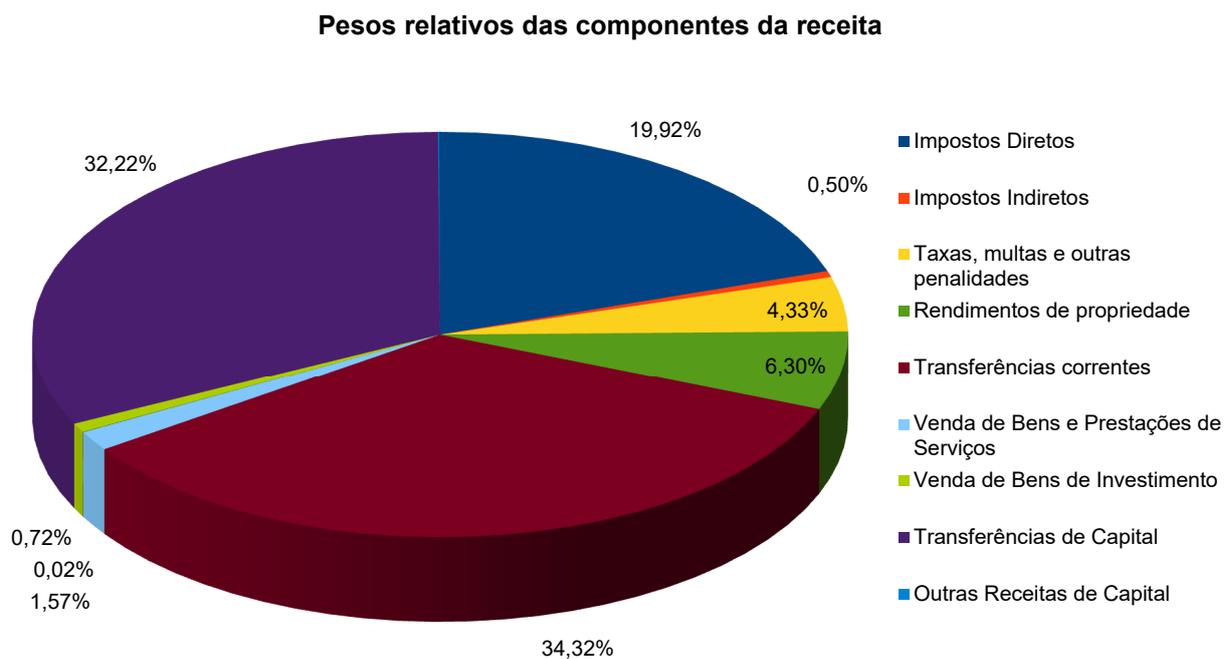
Composição da Receita para 2017 e pesos percentuais.

Mapa 1 - Pesos percentuais por classificação econômica da Receita 2017

Designação	Orçado 2017	Pesos Percentuais
Impostos Diretos	2 940 087,00	19,92%
Impostos Indiretos	73 067,00	0,50%
Taxas, multas e outras penalidades	639 125,00	4,33%
Rendimentos de propriedade	929 818,00	6,30%
Transferências correntes	5 065 003,00	34,32%
Venda de Bens e Prestações de Serviços	231 589,00	1,57%
Outras Receitas Correntes	3 648,00	0,02%
Receitas Correntes	9 882 337,00	66,97%
Venda de Bens de Investimento	106 860,00	0,72%
Transferências de Capital	4 754 443,00	32,22%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	6 000,00	0,04%
Receita de Capital	4 867 303,00	32,98%
Reposições não abatidas nos pagamentos	7 000,00	0,05%
Saldo de Gerência		0,00%
Outras Receitas	7 000,00	0,05%
Receita Total	14 756 640,00	100,00%

ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Graficamente, a distribuição da receita, por classificação económica, pode ver-se no gráfico seguinte:



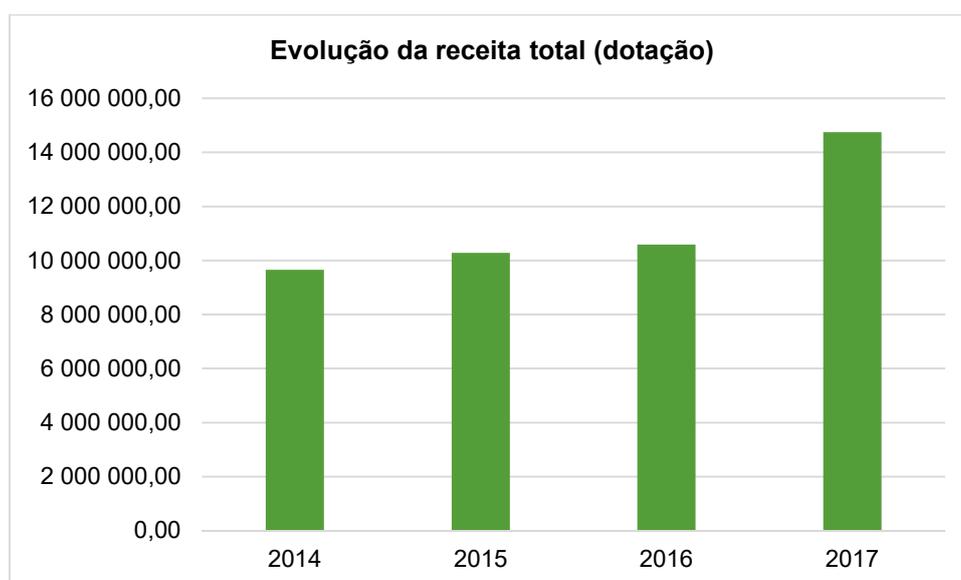
ORÇAMENTO DA RECEITA 2017

Evolução da Receita Orçada 2014 a 2017

A dotação global do Orçamento da Receita para 2017 apresenta um acréscimo de 39,35% face ao orçamentado no ano 2016, em resultados dos Fundos Europeus.

Mapa 2 - Evolução da Receita Orçada 2014-2017

Designação	Orç 2014	Orç 2015	Variação 14/15	Orç. 2016	Variação 15/16	Orç. 2017	Variação 16/17
Impostos Diretos	2 534 191,00	2 807 081,00	10,77%	2 847 008,00	1,42%	2 940 087,00	3,27%
Impostos Indiretos	87 617,00	88 853,00	1,41%	78 067,00	-12,14%	73 067,00	-6,40%
Taxas, multas e outras penalidades	625 576,00	606 374,00	-3,07%	779 247,00	28,51%	639 125,00	-17,98%
Rendimentos de propriedade	567 778,00	565 614,00	-0,38%	689 445,00	21,89%	929 818,00	34,86%
Transferências correntes	3 912 790,00	4 028 311,00	2,95%	5 036 139,00	25,02%	5 065 003,00	0,57%
Venda de Bens e Prestações de Serviços	170 051,00	312 728,00	83,90%	237 930,00	-23,92%	231 589,00	-2,67%
Outras Receitas Correntes	35 000,00	2 720,00	-92,23%	7 400,00	172,06%	3 648,00	-50,70%
Receitas Correntes	7 933 003,00	8 411 681,00	6,03%	9 675 236,00	15,02%	9 882 337,00	2,14%
Venda de Bens de Investimento	0,00	549 176,00		158 000,00		106 860,00	-32,37%
Transferências de Capital	1 710 244,00	1 320 402,00	-22,79%	752 105,00	-43,04%	4 751 443,00	531,75%
Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00			
Passivos Financeiros	0,00	0,00		0,00			
Outras Receitas de Capital	12 000,00	3 000,00	-75,00%	1 000,00	-66,67%	6 000,00	500,00%
Receita de Capital	1 722 244,00	1 872 578,00	8,73%	911 105,00	-51,34%	4864303	433,9%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	2 000,00	100,00%	1 000,00	-50,00%	7 000,00	600,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas	1 000,00	2 000,00	100%	1 000,00	-50,00%	7 000,00	600,00%
Receita Total	9 656 247,00	10 286 259,00	6,52%	10 587 341,00	2,93%	14 753 640,00	39,35%



Orçamento da Despesa 2017

No mapa 3 evidencia-se a distribuição do montante de despesa orçamentada para 2017 por classificação económica.

Do total salienta-se as despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes (31,69%), sendo que cerca de 30 % deste valor diz respeito à aquisição de serviços com a recolha de resíduos, limpeza urbana de terrenos e de ribeiras. Seguida das despesas de Pessoal (18,75%) e de Aquisição de Bens de Capital (38,75 %).

Composição da Despesa para 2017 e pesos percentuais

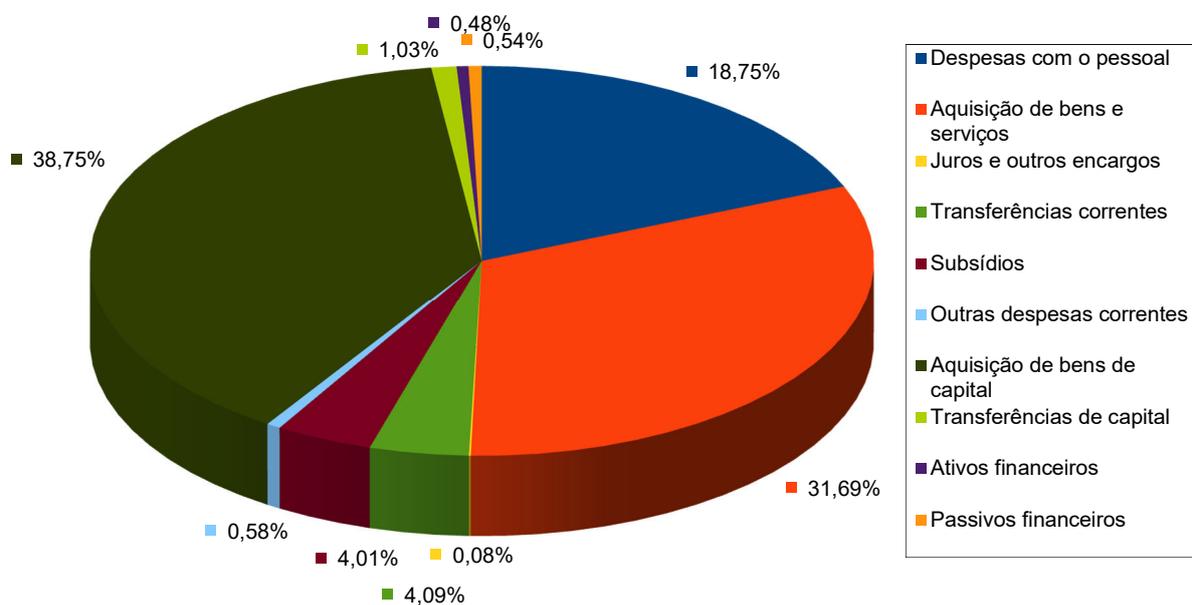
Mapa 3 - Pesos percentuais por classificação económica da despesa

Designação	Orçado 2017	Pesos Percentuais
Despesas com o pessoal	2 767 013,00	18,75%
Aquisição de bens e serviços	4 675 311,00	31,69%
Juros e outros encargos	11 606,00	0,08%
Transferências correntes	602 709,00	4,09%
Subsídios	591 000,00	4,01%
Outras despesas correntes	85 472,00	0,58%
Despesas Correntes	8 733 111,00	59,19%
Aquisição de bens de capital	5 716 345,00	38,75%
Transferências de capital	152 660,00	1,03%
Ativos financeiros	71 370,00	0,48%
Passivos financeiros	80 154,00	0,54%
Despesas de Capital	6 020 529,00	40,81%
Despesa Total	14 753 640,00	100%

ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

À semelhança da receita, pode ver-se graficamente, a distribuição por classificação económica:

Pesos relativos das componentes da despesa



ORÇAMENTO DA DESPESA 2017

Evolução da Despesa Orçada 2014 a 2017

O Orçamento da Despesa Corrente para 2017 regista uma redução de -3,13% na sua dotação face à de 2016, passando de € 9.015.126 (2016) para € 8.733.111 (2017).

Em contrapartida, a Despesa de Capital (investimento) expressa um crescimento assinalável de 39,35%, situando-se em 2017 no valor € 6.020.529.

Mapa 4 - Evolução da despesa Orçada 2014-2017

Designação	Orç. 2014	Orç. 2015	Variação 14/15	Orç. 2016	Variação 15/16	Orçado 2017	Variação 16/17
Despesas com o pessoal	1 897 811,00	2 133 667,00	12,43%	2 844 232,00	33,30%	2 767 013,00	-2,71%
Aquisição de bens e serviços	4 653 861,00	4 883 622,00	4,94%	4 760 104,00	-2,53%	4 675 311,00	-1,78%
Juros e outros encargos	122 695,00	19 200,00	-84,35%	17 635,00	-8,15%	11 606,00	-34,19%
Transferências correntes	437 530,00	427 830,00	-2,22%	732 441,00	71,20%	602 709,00	-17,71%
Subsídios	520 220,00	544 451,00	4,66%	561 000,00	3,04%	591 000,00	5,35%
Outras despesas correntes	74 995,00	87 633,00	16,85%	99 714,00	13,79%	85 472,00	-14,28%
Despesas Correntes	7 707 112,00	8 096 403,00	5,05%	9 015 126,00	11,35%	8 733 111,00	-3,13%
Aquisição de bens de capital	1 428 118,00	1 761 326,00	23,33%	1 150 914,00	-34,66%	5 716 345,00	396,68%
Transferências de capital	356 233,00	206 160,00	-42,13%	179 660,00	-12,85%	152 660,00	-15,03%
Ativos financeiros	0,00	71 370,00		71 370,00	0,00%	71 370,00	0,00%
Passivos financeiros	164 784,00	151 000,00	-8,36%	170 271,00	12,76%	80 154,00	-52,93%
Despesas de Capital	1 949 135,00	2 189 856,00	12,35%	1 572 215,00	-28,20%	6 020 529,00	282,93%
Despesa Total	9 656 247,00	10 286 259,0	6,52%	10 587 341,00	2,93%	14 753 640,00	39,35%

Mapa 5 - Resumo da despesa por classificação orgânica 2014-2017

Designação	Orç 2014	Orç 2015	Orç 2016	Orç 2017
01- Administração Autárquica	8 635 971,00	9 170 609,00	9 621 522,00	13 622 363,00
02- Assembleia Municipal	8 903,00	11 819,00	11 819,00	12 277,00
03 – Empresa Municipal	1 011 373,00	1 103 831,00	954 000,00	1 119 000,00
Orçamento Total	9 656 247,00	10 286 259,0	10 587 341,00	14 753 640,00

Equilíbrio Orçamental

A Proposta do Orçamento para 2017, encontra-se equilibrada uma vez que a receita corrente bruta é superior à despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, de acordo com o art.º 40 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.

Mapa 6 - Equilíbrio Orçamental

Receita Corrente Bruta	9 882 337,00	Despesa Corrente	8 733 111,00
		Amortizações Médias dos empréstimos de M/L prazos	149 085,59
Total (1)	9 882 337,00	Total (2)	8 882 196,59
Receita Corrente Bruta - [Despesa corrente + amortizações Médias Empréstimos M/L prazos] (3) = (1)-(2)			1 000 140,41

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017 - 2020

Grandes Opções do Plano 2017 - 2020

Em termos orçamentais podemos observar, as GOP para 2017 – 2020 ao nível do “Programa”, no mapa que se segue.

Mapa 7 - Grandes Opções do Plano 2017-2020

Obj.	Prog.	Descrição	2017			2018	2019	2020
			Finan. Defini	Financ. Não Def.	Total			
1		FUNÇÕES GERAIS	706 953,00	0,00	706 953,00	0,00	0,00	0,00
	111	Administração Geral	582 953,00		582 953,00			
	121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	124 000,00		124 000,00			
2		FUNÇÕES SOCIAIS	8 480 885,00	3 582 356,00	12 063 241,00	7 740 388,00	639 560,00	557 363,00
	211	Ensino Não Superior	3 036 353,00		3 036 353,00	1 473 730,00		
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 030 350,00		1 030 350,00	527 980,00		
	221	Serviços Individuais de Saúde	13 600,00		13 600,00			
	232	Ação Social	72 200,00		72 200,00	257 200,00		
	241	Habituação	3 000,00		3 000,00			
	242	Ordenamento do Território	1 205 714,00	342 236,00	1 547 950,00	1 706 944,00		
	243	Saneamento	1 085 545,00	3 044 000,00	4 129 545,00	27 124,00		
	244	Abastecimento de Água	76 590,00	1 000,00	77 590,00	2 524 935,00		
	245	Resíduos Sólidos	793 385,00		793 385,00	557 363,00	557 363,00	557 363,00
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	388 051,00		388 051,00			
	251	Cultura	466 297,00	95 120,00	561 417,00	115 112,00	82 197,00	
	252	Desporto, Recreio e Lazer	309 300,00	100 000,00	409 300,00	550 000,00		
	253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	500,00		500,00			
3		FUNÇÕES ECONÓMICAS	809 616,00	879 612,00	1 689 228,00	1 724 943,00	0,00	0,00
	320	Indústria e Energia	479 600,00	819 612,00	1 299 212,00	1 609 943,00		
	331	Transportes Rodoviários	294 516,00	60 000,00	354 516,00	80 000,00		
	342	Turismo	35 500,00		35 500,00	35 000,00		
4		OUTRAS FUNÇÕES	243 764,00	0,00	243 764,00	71 370,00	71 370,00	71 370,00
	410	Operações da Dívida Autárquica	151 524,00		151 524,00	71 370,00	71 370,00	71 370,00
	420	Transferências entre Administrações	92 240,00		92 240,00			
Total			10 241 218,00	4 461 968,00	14 703 186,00	9 536 701,00	710 930,00	628 733,00

A distribuição do orçamento da despesa é uniforme ao longo do quadriénio, conforme se verifica facilmente no mapa anterior do resumo das GOP.

Em 2017 o Objetivo com maior volume de despesa orçamentada é o das “Funções Sociais” (€ 12.063.241), seguido imediatamente do das “Funções Económicas”.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2017 - 2020

Grandes Opções do Plano 2017 (PPI + AMR)

No mapa 8 encontra-se retratada a distribuição das GOP, desagregando o PPI e as AMR.

Os programas com maior volume de investimento orçamentado no ano de 2017 são na de Educação (Ensino Não Superior + Serviço Auxiliares de Ensino), seguidos do programa de Ordenamento do Território e das componentes ambientais (Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos).

Mapa 8 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR)

Obj.	Prog.	Descrição	2017		
			PPI	AMR	Total
1		FUNÇÕES GERAIS	561 953,00	145 000,00	706 953,00
	111	Administração Geral	529 953,00	53 000,00	582 953,00
	121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	32 000,00	92 000,00	124 000,00
		FUNÇÕES SOCIAIS	4 417 776,00	4 063 109,00	8 480 885,00
	211	Ensino Não Superior	2 813 921,00	222 432,00	3 036 353,00
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00	1 030 350,00	1 030 350,00
	221	Serviços Individuais de Saúde	3 200,00	10 400,00	13 600,00
	232	Ação Social	10 000,00	62 200,00	72 200,00
	241	Habitação	3 000,00	0,00	3 000,00
	242	Ordenamento do Território	1 201 514,00	4 200,00	1 205 714,00
	243	Saneamento	193 200,00	892 345,00	1 085 545,00
	244	Abastecimento de Água	64 590,00	12 000,00	76 590,00
	245	Resíduos Sólidos	0,00	793 385,00	793 385,00
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	95 051,00	293 000,00	388 051,00
	251	Cultura	1 800,00	464 497,00	466 297,00
	252	Desporto, Recreio e Lazer	31 000,00	278 300,00	309 300,00
	253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	500,00	0,00	500,00
		FUNÇÕES ECONÓMICAS	809 616,00	0,00	809 616,00
	320	Indústria e Energia	479 600,00		479 600,00
	331	Transportes Rodoviários	294 516,00		294 516,00
	342	Turismo	35 500,00		35 500,00
		OUTRAS FUNÇÕES	151 030,00	92 734,00	243 764,00
	410	Operações da Dívida Autárquica	71 370,00	80 154,00	151 524,00
	420	Transferências entre Administrações	79 660,00	12 580,00	92 240,00
		Total	5 940 375,00	4 300 843,00	10 241 218,00